

Secretário acusa Planalto de tentar anular reforma tributária

O Secretário da Fazenda do Estado do Rio, Antônio Cláudio Sochaczewski, disse que os US\$ 400 milhões (CZ\$ 238 bilhões no câmbio oficial) da dívida que o Rio de Janeiro teria que pagar em 1989 — se o Orçamento da União for aprovado como o Presidente José Sarney deseja —, anulariam os US\$ 250 milhões (CZ\$ 148,75 bilhões) adicionais ganhos com a reforma tributária aprovada na Constituinte. E acusou o Governo federal de tentar burlar a Constituição:

— Ao apresentar uma terceira proposta orçamentária que, na verdade, é uma reedição da fórmula original prevista para o pagamento das dívidas externas estaduais, o Governo federal está resistindo ao espírito da Constituição ao retirar dos Estados os efeitos da reforma tributária.

Ele disse estar perplexo com a insistência do Planalto em receber 25% das dívidas a vencer dos Estados, proposta repudiada pelos Governadores que sugeriram a rolagem da dívida vencida e o escalonamento do montante a vencer. Os Governadores, com o apoio do Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Cid Carvalho

(PMDB-MA), propõem que 19 Estados nada paguem e que as dívidas dos demais sejam reescalonadas. Santa Catarina e Bahia pagariam 10%; Minas Gerais e Paraná, 20%; e São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, 25%. Isto significa que o Rio de Janeiro teria que pagar US\$ 18 milhões (CZ\$ 10,71 bilhões no câmbio oficial).

A dívida externa dos Estados, hoje, é de US\$ 11,57 bilhões (CZ\$ 6,88 trilhões), dos quais US\$ 7,53 bilhões (CZ\$ 4,48 trilhões) foram contraídos pela região Sudeste. Só o Rio de Janeiro deve US\$ 1,67 bilhão (CZ\$ 993,65 bilhões), 14,5% da dívida global dos Estados. Segundo Sochaczewski, 88% da dívida do Rio foram contraídos pelo Metrô, ou seja, US\$ 1,4 bilhão (CZ\$ 833 bilhões).

O Secretário disse que a acusação feita pelos empresários de que os Governos de Estado não estão cumprindo sua parte no programa antiinflacionário é inoportuna. Ele observou que os Estados já colaboraram com o pacto social e o controle da inflação, como quando ajustaram suas contas ao reduzirem de 1,5%, em 1987, para 0,47%, este ano, o déficit público.